



## **PREFEITURA DE CATAGUASES**

**Lei nº 5.042 de 09 de agosto de 2024.**

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE LOTERIA NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES, DENOMINADA LOTOCAT LOTERIA DE CATAGUASES”.**

O povo do Município de Cataguases MG, através de seus representantes aprovou, e, eu Prefeito sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a exploração no Município de Cataguases do serviço público de loterias, denominada LOTOCAT Loteria de Cataguases, que poderá explorar quaisquer modalidades lotéricas previstas na Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

§1º - As modalidades lotéricas poderão ser exploradas por quaisquer meios de venda possíveis, inclusive por físico, meio eletrônico e na forma online.

§2º - Considera-se serviço lotérico toda operação de produtos lotéricos, jogo ou aposta, concurso de prognósticos, para obtenção de prêmios em dinheiro ou em bens de outra natureza.

§3º - Consideram-se como modalidades lotéricas:

I - loteria passiva: loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico ou virtual;

II - loteria de prognósticos numéricos: loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III - loteria de prognósticos esportivos: loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos;

IV - loteria instantânea: loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não contemplado com alguma premiação;

V - demais modalidades previstas na legislação federal aqui não listadas.



## PREFEITURA DE CATAGUASES

**Art.2º** - A exploração das modalidades lotéricas da Loteria de Cataguases compete ao Poder Executivo, por meio de Autarquia, Secretaria Municipal específica ou, alternativamente, por Parceria Público-Privado - PPP, na condição de concessão, permissão ou organização credenciada.

§1º - Somente poderá ser credenciada para exploração de modalidades lotéricas da Loteria de Cataguases, pessoa jurídica regularmente constituída segundo as leis brasileiras vigentes, com sede e administração no País, que, visando à obtenção do credenciamento, deverá apresentar documentação em conformidade com a legislação vigente, devendo também conter certificações acerca da adoção de práticas dedicadas ao fomento do jogo responsável e à proteção de vulneráveis e, ainda, quanto à certificação de programas e equipamentos a serem utilizados na operação das modalidades lotéricas da LOTOCAT, Loteria de Cataguases, que deverão ser auditáveis.

§2º - O processo de credenciamento iniciar-se-á com a divulgação de edital de chamamento público, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município.

§3º - Alternativamente à sistemática de credenciamento instituída neste artigo, o Município de Cataguases poderá adotar o modelo de concessão ou de permissão de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores, para seleção de agente operador ou de agentes operadores da Loteria de Cataguases, com discriminação, no edital de licitação, dentre outras peculiaridades, das condições a serem atendidas por eventuais interessados, inclusive quanto às certificações elencadas no § 1º deste artigo.

**Art.3º** - No caso de exploração do serviço público de loteria municipal por meio de parceria, concessão ou permissão, a empresa responsável pelo serviço fica obrigada a operacionalizar o concurso e a distribuir a premiação, dentro das condições impostas na delegação outorgada pela municipalidade.

**Parágrafo Único** - A empresa executora do serviço público de loteria municipal decorrente de parceria, concessão ou permissão, se responsabiliza pela elaboração dos planos de sorteio, pelo fornecimento de equipamentos, pelos meios de pagamento a serem utilizados, pela distribuição, pelas vendas e pela publicidade, pela credencial dos agentes distribuidores e revendedores nomeados pela municipalidade, pelo pagamento dos prêmios e pelo controle administrativo, financeiro e estatístico de vendas, arrecadação e recolhimento dos tributos incidentes.





## PREFEITURA DE CATAGUASES

**Art.4º** - O direito dos apostadores contemplados de reclamar o valor dos prêmios ofertados prescreverá em 90 (noventa) dias.

**Art.5º** - O produto da arrecadação total obtido por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias da LOTO CAT, Loteria de Cataguases, em meio físico ou em meio virtual, incluindo-se os prêmios não reclamados pelos apostadores contemplados, respeitará as obrigações impostas pela legislação vigente, ao pagamento de prêmios, ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação e à cobertura de despesas de custeio e de manutenção da operação da loteria municipal, sendo o saldo remanescente distribuído segundo as seguintes diretrizes:

- I - 30% (quarenta inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à Saúde;
- II - 30% (trinta inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à assistência social e à redução da vulnerabilidade social;
- III - 10% (dez inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas ao esporte;
- IV - 10% (dez inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à cultura;
- V - 10% (dez inteiros por cento) destinados para o custeio de ações e projetos de acessibilidade e de inclusão das pessoas com deficiência ou idosas.
- VI - 10% (dez inteiros por cento) destinados para o custeio de ações voltadas ao Meio Ambiente.

**Art.6º** - É de responsabilidade exclusiva do Município a fixação dos valores das apostas e dos bilhetes e qualquer outro produto lotérico a ser explorado, observado o disposto nas normas de proteção e de defesa do consumidor, especialmente a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e alterações posteriores, notadamente no caput e no inciso X do art. 39.

**Parágrafo Único** - Havendo alteração dos valores fixados conforme o caput deste artigo, os novos preços somente começarão a ser cobrados dos apostadores após sua divulgação ampla para o público em geral, nos meios de comunicação televisivo, radiofônico, impresso, em jornais e revistas de grande circulação em Cataguases e região, e na internet, em sítios dedicados à divulgação da operação da Loteria de Cataguases, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de início prevista da cobrança pretendida.

**Art.7º** - Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores, a pessoa jurídica operadora de modalidade lotérica da Loteria de



## **PREFEITURA DE CATAGUASES**

Cataguases , encaminhará ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, vinculado ao Banco Central do Brasil, na forma estabelecida em normas expedidas pelo colegiado ou pela autarquia, informações acerca de apostadores, relativas à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

**Art.8º** - O Poder Executivo adotará, diretamente ou por meio de parceria, concessão ou permissão, os sistemas de garantia que julgar convenientes à segurança contra adulteração ou contratação dos bilhetes.

**Art.9º** - Poderá ser firmado termos de parceria com outros municípios para a exploração dos produtos lotéricos da LOTOCAT, Loteria de Cataguases.

**Art.10** - O Chefe do Poder Executivo, poderá no que couber, regulamentar o disposto nesta Lei.

**Art.11** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 09 de agosto de 2024.



**José Henriques**  
Prefeito